

Plano do Centrão isola dissidentes

CELSON FRANCO
Da Editoria de Política

O Palácio do Planalto colocou ontem em execução mais uma fase do plano montado para atrair e comprometer, definitivamente, o deputado Ulysses Guimarães com o Governo: um grupo de 50 constituintes, todos ligados ao Centrão, foi dizer ao presidente do PMDB, em nome da ala majoritária (conservadora) do partido, que "nós estamos muito satisfeitos com o partido e com o seu comando — nós ficamos".

A iniciativa, nascida do Planalto mas articulada pelo deputado Carlos Sant'Anna, faz parte do esquema preparado pelo Governo para afastar Ulysses da ala progressista do PMDB, levando-o a formar, à frente dos conservadores do seu partido e ao lado do PFL e de outras legendas, a base de apoio do presidente José Sarney, nos seus dois últimos anos de administração.

O objetivo do "grupo do fico" foi levar a Ulysses a idéia de que os progressistas do PMDB estão não apenas abandonando-o mas, principalmente, tentando precipitar o fim de sua carreira política. Isso

através de um movimento no sentido contrário ao dos dissidentes, anunciando que "nós ficaremos aqui, apoiando-o, porque estamos satisfeitos com a sua liderança".

O lance seguinte, ainda dentro do roteiro traçado para a reunião, foi executado pelo deputado Milton Reis, secretário-geral do PMDB: poeta, ele pediu em nome dos conservadores, com um "discurso de apelo sentimental, que Ulysses se disponha a ser reconduzido ao comando do partido, que ele preside desde 1970. Há 17 anos, portanto.

Ulysses agradeceu, é claro. E também com um discurso sentimental. Disse que, durante toda sua vida, teve apenas duas paixões: a família e o PMDB. Quanto à presidência do partido, ele a exerce com dever. E com prazer — "um prazer tão grande que me revigora".

Deixou claro, com essa frase, que está disposto a continuar presidindo o PMDB.

Um constituinte ligado ao Palácio do Planalto confessou que a reunião foi programada como parte do esquema para aliciar o deputado Ulysses Guimarães. Preferindo manter-se no anonimato, observou

que o encontro entre os presidentes da República e do PMDB marcou, ontem, "o começo do entendimento" para a formação da base de apoio parlamentar ao presidente José Sarney.

Um entendimento que, pelo menos por enquanto, exige que não se fale sobre a indicação de Ulysses para a vice-presidência da República. Foi sintomática a declaração do presidente do PMDB e da Constituinte, depois da conversa no Palácio da Alvorada.

Ulysses Guimarães defendeu, para a substituição do presidente da República, a "solução tradicional da vida republicana". Lembrou que, para isso, "existem quatro esteques": o vice-presidente — não é o caso — e, em escala hierárquica, os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

O presidente do PMDB, segundo o deputado Antônio Britto, terá que fazer, em breve, uma opção dramática entre os dois blocos que hoje se defrontam dentro do partido. Porque, diferente das outras crises vividas pelo PMDB ao longo de sua existência, esta já não permite a administração da pluralidade partidária, mas, sim, exige uma opção.

Fiéis cobram cargos dos dissidentes

O simples anúncio de que 93 constituintes do PMDB romperam com o Governo e estão, agora, na oposição reacendeu nos que permanecem fiéis ao Palácio do Planalto a luta pelos cargos até então ocupados por indicação dos que desertaram. Até mesmo o líder Carlos Sant'Anna disse ontem que "quem não mais é não deve mais estar", numa cobrança ética de que os dissidentes deveriam abrir mão das conquistas feitas quando mantinham outra conduta política.

Vários constituintes do Centrão começaram inclusive a fazer levantamento nos seus respectivos estados, com o objetivo de tentar recuperar alguns espaços destinados aos dissidentes. Todavia, o próprio líder governista, dono desta listagem com mais riqueza de informações, nega-se a revelar os cargos que alguns dos 93 dissidentes detêm no Governo.

CONSTRANGIMENTO

Este assunto, contudo, voltou à tona, mas sem a ênfase dada recentemente pelo deputado Roberto Cardoso Alves que, valendo-se da máxima franciscana de que "é dando que se recebe", acabou gerando um quadro de constrangimento inclusive para aqueles que defendem uma postura do Governo mais condescendente com aqueles que lhe devotam fidelidade dentro da classe política.

A quest-ao dos cargos é polêmica. Ontem mesmo o deputado Expedito Machado disse que não crê em nenhuma movimentação para cobrar ética dos dissidentes e reaver as posições nos estados. "Esse negócio de fisiologia é pessoal, agora não podemos ficar no governo com nossos inimigos", comentou. Todavia, muitos dos deputados e senadores que fazem parte do grupo de 93 dissidentes reagem quando são incluídos na lista dos padrinhos de cargos nos Estados. Uma das listas mais atualizadas que se encontram nesta situação é a de Pernambuco, onde vários parlamentares detêm importantes cargos preenchidos por pessoas a eles ligadas politicamente, como Cristina Tavares, com a Sudepe e a Delegacia de Saúde.

"É um drama Shakespeariano", comentou ontem o líder Carlos Sant'Anna, lembrando que ninguém tinha dúvida de que o grupo que assinou o manifesto deixando o Governo já estava na oposição, mas quando isso toma forma oficial, na opinião dele, deveria ser acompanhado de uma conduta ética que corresponde ao desprendimento dos cargos, até porque eles também chegaram a ameaçar deixar o PMDB e precisam definir melhor o que é essa independência. Ou seja, resumiu, é o ser ou não ser governo.

Convenção é jogada para frente

O deputado Ulysses Guimarães não apenas pensa em adiar a Convenção do PMDB. Ele vai mesmo adiar a Convenção do PMDB, marcada para o dia 5 de junho. E se a Constituinte pode servir de desculpa, o objetivo real é conter a dissidência que se formou dentro do partido, sob a liderança dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

O adiamento da Convenção, segundo parlamentar ligado a Ulysses Guimarães, não está relacionado com a conclusão da Assembléia Nacional Constituinte, mas subordinado ao anteprojeto de regulamentação das eleições municipais, que pretende reduzir o tempo entre a filiação partidária e a votação dos candidatos a prefeitos.

Essa medida, que deve mesmo ser adotada — falta apenas definir se a filiação será permitida até 90 ou 120 dias antes das eleições — incentiva, na opinião de Ulysses, o movimento dissidente, facilitando

tando a safada de parlamentares peemedebistas.

O remédio encontrado pelo presidente do partido é o adiamento da Convenção Nacional, já que ele, politicamente, não pode impedir a mudança no prazo de filiação, porque se trata de um projeto elaborado por todas as lideranças partidárias.

Já se tornou evidente que grande parte dos peemedebistas que assinaram o documento dos dissidentes não deixará o partido. Pelo menos metade deles, segundo avaliação de um constituinte ligado ao senador Mário Covas, permanecerá no PMDB.

É o caso, apenas para citar um exemplo, do deputado Maurício Fruet. Ele comanda o Diretório de Curitiba, e é candidato, pelo partido, à prefeitura da capital paranaense. Fruet está alinhado com os progressistas, especialmente com o senador Mário Covas, mas não tem como deixar, agora, a legenda peemedebista. O adiamento da

convenção, no seu caso, não seria ruim.

O que desaconselha o adiamento é a indefinição que persegue o PMDB, e que causa grandes danos ao partido perante a opinião pública, pela identificação que se faz da legenda com o Governo.

O deputado Antônio Britto, também ligado ao senador Mário Covas, coloca-se contra o adiamento, por entender que o PMDB precisa, antes tarde do que nunca, definir qual a sua linha política. Até porque, argumentou, "o PMDB, hoje, não serve a ninguém: não apóia o Governo, e não é oposição".

Para os que pensam em adiar a convenção — o deputado Antônio Perosa acha que essa não é uma idéia de Ulysses Guimarães — Britto faz uma advertência: "Se eles, acham que, com isso, estão trabalhando pela unidade do PMDB, na verdade estão contribuindo para precipitar o fim do partido".

Bloco aguardará a Constituição

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, informou que os entendimentos para a consolidação do bloco parlamentar de apoio ao Governo "estão indo muito bem". Mas adiantou que não há pressa neste trabalho de costura política, pois a expectativa do Governo é de que o bloco somente será formalizado após a promulgação da Constituição.

Ontem, Prisco Viana — um dos principais articuladores políticos do Governo — participou de mais uma reunião, juntamente com 11 ministros, na qual, além da estratégia para votação do capítulo I — Título VI — do projeto da Constituição, que trata da questão tributária, foi feita uma nova avaliação do atual quadro político. "Foram muito bons os resultados a que chegamos nesta reunião", informou o ministro.

ESTRATÉGIA

Prisco Viana confirmou que o Governo tem uma estratégia para votação da matéria tributária — que deverá ser iniciada hoje. Mas não revelou, "por razões óbvias", esta estratégia.

Limitou-se a dizer que o Governo tudo fará para evitar que a atual distribuição dos recursos aos estados e municípios seja modificada, pois entende que, "da forma como está colocada, a União ficará inviabilizada".

— Mas confiamos no bom senso dos constituintes, que no final prevalecerá, bem como na maioria que já demonstramos em outras votações para corrigir as distorções existentes — afirmou Prisco Viana.

Quanto à questão do bloco parlamentar de apoio ao Governo, assunto que constou da pauta da reunião ministerial, Prisco Viana explicou que a estratégia para a consolidação do grupo passará, necessariamente, pela formação de uma aliança política em torno de um programa mínimo de Governo. Daí a razão das conversas que Sarney vem mantendo com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, e do PMDB, da Constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães. Negou, entretanto, que esses entendimentos signifiquem uma tentativa para recompor a extinta Aliança Democrática.

Simon teme domínio de moderados

Porto Alegre — O governador Pedro Simon, primeiro vice-presidente nacional do PMDB, confessou ontem temer a "entrega de presente" da legenda aos setores conservadores do partido na próxima convenção nacional. Preocupado com o que considera a mais grave crise da história do PMDB, Simon gostaria que o grupo dissidente liderado pelos senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa disputasse no voto a direção do partido. "Lamentavelmente, este grupo anuncia sua disposição de deixar o PMDB antes disso", conformou-se.

Para Simon, a saída do grupo descaracteriza o PMDB e rompe uma tradicional aliança entre os setores de centro e de esquerda. Lamentou que, além de uma simples defecção, o PMDB possa acabar "dilatado" com a atual divisão.